



## Aprovado prazo para hospital notificar violência a mulheres

De acordo com projeto aprovado ontem, profissionais de saúde da rede pública ou privada terão 24 horas para comunicar à polícia casos de mulheres atendidas com agressões

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que dá aos profissionais de saúde prazo de 24 horas para comunicar à polícia casos de indício ou confirmação de violência contra mulheres atendidas em serviços públicos ou privados.

A proposta, relatada na CCJ pela senadora Maria do Carmo Alves, foi aprovada com modificações e retornará à Câmara dos Deputados.

O texto original previa que a obrigatoriedade fosse incluída na Lei Maria da Penha, mas a relatora alterou a medida para a lei que já regula a notificação compulsória. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

O Plenário também fez ontem o segundo debate sobre a proposta que permite a militares acumular o cargo com as funções de professor ou profissional de saúde

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Styvenson Valentim, autor do projeto, ao lado de Zenaide Maia na comissão

### Avança proposta que manda para reeducação pai abusador

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem proposta que exige que pais ou responsáveis que cometerem violência contra criança ou adolescente frequentem

programas de reeducação, recuperação e prevenção, caso o juiz responsável pelo caso assim determine. O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça **3**

### Debate aponta grande risco de tragédia em Maceió

Em audiência ontem da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, participantes pediram a urgente remoção da população do bairro Pinheiro e das localidades vizinhas, em Maceió, mesmo antes da conclusão dos

laudos que investigam as causas dos tremores de terra, do afundamento do solo e das rachaduras em vários imóveis. Pesquisadores alertaram para o risco de grandes danos humanos e materiais, principalmente com a chegada do período chuvoso. **4**



Jefferson Rusly/Agência Senado

Moisés Melo, da Defesa Civil de Alagoas, faz pronunciamento em audiência presidida por Rodrigo Cunha (3º à esq.)

O Senado celebrou ontem o Dia Internacional da Síndrome de Down com a realização de seminário para discutir a autonomia de crianças, jovens e adultos com Down. Iniciativa do presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Romário (ao lado), o encontro teve como tema "Ninguém fica para trás". O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, também participou do debate. No seminário, foi lançado um vídeo da TV Senado que traduz em libras a Lei Brasileira de Inclusão. **2**



Genalito Magela/Agência Senado

### Projeto para reduzir perdas de água segue para a Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na quarta-feira projeto que institui medidas para reduzir o desperdício de água tratada no caminho entre as distribuidoras e os consumidores. O Brasil perde 38,8% de toda sua água tratada nesse trajeto. **4**

### Prisão de Temer pela Lava Jato repercute entre os senadores

Para Eliziane Gama, por exemplo, o fato comprova que a Operação Lava Jato investiga envolvidos de todos os partidos. Já Tasso Jereissati disse não identificar razão aparente para a prisão e que o episódio é reflexo do processo de desmoralização da classe política no país. **4**



# Dia da Síndrome de Down é celebrado no Senado

Data internacional foi comemorada ontem na Comissão de Assuntos Sociais em evento que contou com homenagens e lançamento de vídeo em Libras sobre a Lei Brasileira de Inclusão

O DIA INTERNACIONAL da Síndrome de Down, celebrado ontem, foi marcado por um seminário no Senado. O evento teve a presença de autoridades como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, e representantes de associações e instituições de ensino voltadas a pessoas com síndrome de Down.

O evento foi promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por iniciativa do presidente da colegiado, Romário (Pode-RJ). De acordo com o senador, pai de Ivy Faria, de 13 anos, que tem síndrome de Down, o tema deste ano, "Ninguém fica para trás", debate como garantir autonomia para crianças, jovens e adultos com a síndrome e foi inspirado no tema da Agenda 2030 da ONU, *Leave No One Behind*.

Também requereram o evento os senadores Eduardo Girão (Pode-CE) e Flávio Arns (Rede-PR) e o



Fotógrafo que faz parte do Projeto Galera do DIS, de inclusão social

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) apoiou.

Dias Toffoli citou a relação com seu irmão mais novo, José Eduardo, que também tem síndrome de Down. O ministro disse que trabalhará para que a magistratura tenha leis sobre essa temática.

A síndrome de Down é uma alteração genética na divisão celular do óvulo, resultando em um par a mais no cromossomo 21, chama-

do trissomia. Há cerca de 300 mil pessoas com Down no Brasil, segundo o IBGE.

A atleta Amanda Áurea Marques, de 40 anos, tem a síndrome e foi homenageada. Ela disse que se expressa bem com a dança, e já tem 68 medalhas de ouro de natação.

No seminário houve o lançamento de um vídeo produzido pela TV Senado que traduz em Libras a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015).

## Carteira de radialista poderá valer como prova de identidade

A carteira de radialista poderá valer como prova de identidade em todo território nacional. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira. Relatado pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), o PLC 153/2017 segue para análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, depois, vai à Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, o documento será emitido pelo sindicato da categoria ou por federação devidamente credenciada e registrada junto à Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Já o modelo da carteira de identidade do radialista será aprovado por federação desses profissionais e terá a inscrição "válida em todo o território nacional".

## Plínio quer prazo maior para corte de água por dívida

Em homenagem ao Dia Mundial da Água, que se comemora hoje, Plínio Valério (PSDB-AM) anunciou que apresentará projeto de lei regulando o corte de água por parte das concessionárias em caso de atraso no pagamento das contas mensais. De acordo com o projeto, os cortes só poderão ocorrer depois de três meses de inadimplência.

— Não é um incentivo à inadimplência, muito pelo contrário. Não se trata de só chegar e punir. Trata-se de ver a necessidade daquela família.

## Randolfe celebra suspensão de aumento de luz

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) comemorou na quarta-feira a medida liminar que impediu reajuste nas tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Segundo o senador, que acionou a Justiça Federal contra o aumento de 5,35% autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a liminar é uma conquista.

Randolfe ressaltou que a tarifa de energia elétrica do Amapá é uma das mais elevadas e destacou que o custo da energia afeta principalmente os mais pobres.

## Soraya: sociedade precisa de educação contra preconceito

O Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado ontem, foi destacado por Soraya Thronicke (PSL-MS). Ao destacar as barreiras ainda enfrentadas por essas pessoas, como o preconceito, a senadora defendeu que se dê visibilidade ao tema.

— Educar a sociedade, sensibilizar para o diferente, mostrar quem são essas pessoas, suas reais limitações e refutar preconceitos que as rotulam, como sendo incapazes de estudar, de trabalhar, de viver sozinhos — afirmou.

## Paulo Paim destaca data contra a discriminação racial

O Dia Internacional contra a Discriminação Racial, celebrado ontem, deve servir para reforçar o sentimento contra todo o tipo de preconceito e violência, disse em Plenário Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a intolerância no Brasil é maior contra grupos da população que, não raro, são aqueles mais marginalizados, principalmente no campo econômico.

— É muita discriminação contra o setor mais vulnerável, independentemente da cor da pele.

## Rogério critica política externa do governo Bolsonaro

Rogério Carvalho (PT-SE) criticou a política do presidente da República em relação aos Estados Unidos. Para o senador, em sua recente viagem àquele país, Jair Bolsonaro tomou a clara decisão política de alinhar o Brasil aos interesses geopolíticos norte-americanos.

— Uma coisa é aliar-se mantendo alguns espaços para a defesa de interesses próprios, como fazem outros presidentes. Outra coisa é a promessa de terra arrasada, a total submissão em nome de um feroz anticomunismo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Aprovada notificação de violência contra mulher

Projeto aprovado pelo Plenário dá prazo de 24 horas para que profissionais de saúde informem à polícia casos de mulheres atendidas com indício ou confirmação de agressão

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem uma proposta para evitar que casos de violência contra a mulher deixem de ser notificados. O PLC 61/2017, da deputada Renata Abreu (Pode-SP), dá aos profissionais de saúde prazo de 24 horas para comunicar à polícia casos de indícios ou confirmação de violência contra mulheres atendidas em serviços públicos e privados. Como foi modificado no Senado, o projeto retorna para a Câmara dos Deputados.

Inicialmente o projeto pretendia acrescentar a previsão à Lei Maria da Penha, mas a relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), deslocou a medida para a lei que já regula a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendida em hospitais e centros de atendi-



Plenário ainda discutiu PEC que permite a militar acumular o cargo com função de professor ou na área de saúde

mentos públicos ou privados (Lei 10.778, de 2003).

O projeto inicial previa que a direção da instituição de saúde deveria comunicar o fato às autoridades policiais, que, na sequência, informariam à se-

cretaria de Segurança Pública local. Tal previsão foi excluída pela relatoria.

“A constitucionalidade do projeto poderia ser questionada em razão de prever obrigações às polícias estaduais e

aparente tarefa às secretarias estaduais, o que poderia ser entendido como desrespeito à autonomia dos estados, prevista no artigo 18 da Constituição Federal”, explica o parecer.

“A inclusão do termo ‘suspei-

to’ é pouco técnica. Por mais forte que seja, uma suspeita não pode imputar a alguém a prática de uma infração. O termo técnico correto e objetivo é ‘indícios’, que dá aos agentes de saúde o instrumental para a verificação das hipóteses de cometimento de violência”, justifica Humberto Costa (PT-PE), autor da emenda.

## Militares

O Plenário também discutiu ontem uma proposta de emenda à Constituição que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional da saúde. A mudança vale para integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. A PEC 141/2015 precisa passar por mais três sessões de debates antes de ser votada em primeiro turno.

## Proposta prevê programa de reeducação para pais abusadores

Pais ou responsáveis autores de violência contra crianças ou adolescentes poderão ter que frequentar programas de reeducação, recuperação e prevenção, caso o juiz responsável pela investigação assim o determine. Foi o que decidiu a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ao aprovar projeto, que agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Produto da CPI dos Maus Tratos, que funcionou em 2017 e 2018, o PLS 497/2018 atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para determinar que o juiz, ao verificar a hipótese de maus-tratos,

opressão ou abuso sexual cometidos pelos pais ou responsáveis, poderá determinar como medida cautelar, além do afastamento do agressor da residência, o seu ingresso em programas de recuperação, reeducação e prevenção de violência contra crianças ou adolescentes.

O relator, Styvenson Valentim (Pode-RN), demonstrou preocupação com a discrepância de dados oficiais. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que, em 2016, foram abertos ao menos 40 mil processos judiciais em razão de inquéritos que apuravam atos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

No mesmo ano, o Disque-Denúncia Nacional (Disque 100) registrou mais de 145 mil casos. Em 94% dos casos, os suspeitos eram os parentes mais próximos das vítimas.

— É um número muito alto para pouca apuração, e o pior é que esse crime contra a criança e o adolescente parte de pessoas que deveriam protegê-los.

## Advogadas

A CDH também aprovou proposta que estabelece percentual mínimo para cada sexo na composição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos conselhos fiscalizadores de outras profissões regulamentadas.

O PLS 414/2018 assegura a presença de pelo menos 30% de mulheres nos órgãos executivos dessas entidades. A proposta, que segue para a CCJ, é do ex-senador Dalirio Beber e foi relatada pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

Outro projeto aprovado na comissão cria o Programa Cidade Amiga do Idoso, com o intuito de incentivar os municípios a adotarem medidas para o envelhecimento saudável e para aumentar a qualidade de vida dessa parcela da população. O texto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Do ex-deputado Ricardo Trípoli, o PL 402/2019

prevê que a cidade que aderir ao programa terá prioridade no recebimento de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano. O relator foi Paulo Paim (PT-RS).

Também ontem, a CDH aprovou uma sugestão legislativa que propõe a revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95, de 2016). Agora a SUG 31/2018 pode começar a tramitar como proposta de emenda à Constituição (PEC), caso consiga o apoio de 27 senadores.

O texto é originário de uma ideia legislativa apresentada por Vanessa Negrini, do Distrito Federal, por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

### Irajá reprovava itens da reforma da Previdência

Ao mesmo tempo em que é necessário aprovar a reforma da Previdência, alguns pontos da proposta, apresentada pelo governo federal, precisam ser repensados, afirmou ontem Irajá (PSD-TO). O senador disse estar contra as alterações quanto à aposentadoria especial rural e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Outra questão que precisa ser revista, ressaltou Irajá, é o modo pacífico como o texto se refere aos devedores da Previdência. A dívida, atualmente, supera os R\$ 479 bilhões, valor que cresceu quase três vezes em dez anos, disse.



Roque de Sá/Agência Senado

### Para Izalci, militar merece tratamento diferenciado

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu ontem a proposta de reforma da previdência dos militares. Ele destacou o artigo 142 da Constituição que trata dessa proteção, e criticou mudanças na lei que acabaram com benefícios como pensão vitalícia às filhas, licença especial e auxílio-moradia.

O senador ressaltou que as Forças Armadas não têm um contrato simples de trabalho e precisam de um tratamento diferenciado. Izalci acrescentou que eles têm como missão defender a pátria, inclusive arriscando a própria vida.



Roque de Sá/Agência Senado

### Chico Rodrigues elogia texto para Forças Armadas

Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou na quarta-feira a entrega da proposta de reforma da Previdência dos militares.

O senador elencou pontos que considera “cirúrgicos”, como elevação da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5%, aumento do tempo para o militar passar para a reserva, de 30 para 35 anos, e taxação de 10,5% nas pensões de familiares de militares.

Ele mencionou dados que apontam que o sistema previdenciário atingiu um déficit anual de R\$290,2 bilhões para argumentar que o governo está no caminho certo.



Roque de Sá/Agência Senado

### Jorginho Mello comemora Empresa Simples de Crédito

A aprovação do projeto que cria a Empresa Simples de Crédito (ESC) foi comemorada por Jorginho Mello (PR-SC) na quarta-feira. O PLC 135/2018 cria uma nova modalidade jurídica, capaz de fazer operações de crédito, com juros mais baixos, para microempresendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

— Quem tem determinado dinheiro vai criar uma empresa, pessoa jurídica, e vai poder emprestar. De forma transparente, de forma legalizada, com controle do Imposto de Renda. Isso é uma tentativa de reduzir as taxas de juros — disse.



Morais Matiz/Agência Senado

### Lasier defende compartilhamento de dados com MP

Lasier Martins (Pode-RS) alertou ontem para o possível julgamento no Supremo Tribunal Federal do recurso que questiona a constitucionalidade do compartilhamento de dados fiscais e bancários, para fins penais, com o Ministério Público, sem autorização prévia do Judiciário. Para ele, o julgamento pode representar novo conflito entre o STF e o MP, mais um cerceamento a ações da Receita Federal e mais uma derrota para procuradores da Lava Jato.

— Esse entendimento vai inviabilizar pelo menos a agilidade nas investigações.



Roque de Sá/Agência Senado



# Vai à Câmara incentivo para redução de perdas de água

Foi aprovado em decisão final pela CCJ projeto que insere, nos contratos de concessão de serviço, metas progressivas de combate ao desperdício de recursos hídricos no trajeto da distribuidora até o consumidor

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade e em decisão final, projeto com medidas para reduzir o desperdício de água tratada no caminho entre as distribuidoras e os consumidores. O Brasil perde 38,8% de toda sua água tratada nesse trajeto. O PLS 317/2018 deve seguir para a Câmara dos Deputados.

A proposta, de Lasier Martins (Pode-RS), insere metas progressivas e graduais de redução de perdas na distribuição de água nos contratos de concessão do serviço. A entidade reguladora do setor deverá fixar limites de perda na distribuição da água tratada, passíveis de serem reduzidos gradualmente, conforme se verifiquem avanços tecnológicos e investimentos em ações de combate ao desperdício.

— O desperdício tem repercussões sociais e econômicas sérias — disse Lasier.

Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou nove emendas — acatadas pelo relator, Sérgio



Sérgio Petecão relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça

Petecão (PSD-AC) —, como a que obriga as concessionárias a fazer a manutenção do sistema de captação e distribuição de água, até mesmo com troca periódica das tubulações. Essas perdas são mais significativas do que as que ocorrem com ligações clandestinas.

O projeto altera a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) e a Lei das Águas (Lei 9.433, de 1997), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. O texto prevê que valores arrecadados com a cobrança do uso de água

sejam utilizados também no financiamento de projetos voltados à redução de perdas no abastecimento de recursos hídricos. Também determina que a concessão dos serviços de saneamento básico seja feita por consórcio público de que participem os titulares dos serviços.

O projeto permite à União conceder benefícios ou incentivos como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional, especialmente por redução de perdas na distribuição.

# Senadores comentam prisão do ex-presidente Michel Temer

A prisão preventiva do ex-presidente Michel Temer pela Polícia Federal repercutiu no Senado. Temer foi preso ontem por ordem do juiz Marcelo Bretas, por fatos relacionados à Operação Descontaminação, que investiga crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e fraudes à licitação na construção da usina nuclear Angra 3. Também foi preso o ex-ministro das Minas e Energia Moreira Franco.

Eliziane Gama (PPS-MA) afirmou que a prisão de Temer comprova que a força-tarefa da Operação Lava Jato investiga os envolvidos de todos os partidos, indistintamente.

Lasier Martins (Pode-RS) também disse que a prisão de Temer é um sinal de que não há discriminação, não há perseguição, com relação aos visados pela Justiça e pelas investigações da polícia.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lamentou que a prisão não tenha ocorrido antes.

— Não é o fim da corrupção, mas um passo importante que precisa ser celebrado.

Soraya Thronicke (PSL-MS) disse estar procurando que o Brasil seja passado a limpo,

que a justiça seja feita.

— Não estou aqui para julgar ninguém, para emitir nenhum juízo de valor, principalmente porque desconheço os fundamentos da prisão do ex-presidente — ressaltou.

Irajá (PSD-TO) revelou que não sente orgulho pelo país ter mais um ex-presidente preso, além de Lula, que está na carceragem da PF em Curitiba, mas que “a política no Brasil precisa evoluir”.

Márcio Bittar (MDB-AC) afirmou, via Twitter, que é de se lamentar que políticos que já ocuparam cargos importantes estejam sendo detidos, mas por outro lado é um sinal de que a Justiça está funcionando.

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse não identificar razão aparente para a prisão. Disse ainda que o episódio é reflexo do processo de desmoralização pelo qual passa a política no país.

— Sempre fui oposição ao presidente Temer, mas ele não tá fugindo. Que eu saiba, ele tem endereço conhecido e eu acho que isso é um processo de abuso de autoridade, que está acontecendo com alguma frequência.

# Debatedores alertam para necessidade de desocupar bairro do Pinheiro, em Maceió

Em debate sobre os tremores de terra, o afundamento do solo e as rachaduras em vários imóveis do bairro do Pinheiro, em Maceió, pesquisadores alertaram que há risco de grandes danos humanos e materiais, principalmente com a chegada do período chuvoso, que começa em abril em Alagoas. Durante audiência pública realizada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), alguns dos participantes pediram a urgente desocupação

dos moradores do bairro e das localidades vizinhas.

O pesquisador do Serviço Geológico do Brasil Thales Sampaio explicou que parte do solo se move de forma contínua, em movimento de rastejo, e não descartou que trechos afundem mais rapidamente.

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), recomendou que os moradores saiam antes do início das chuvas.

— Se não há condição de antecipar o laudo, temos responsabilidade — disse.

Os estudos, que devem ser concluídos até o final de abril, avaliam se as atividades de mineração da companhia petroquímica Braskem, que há 40 anos atua na extração de sal-gema na região, estariam relacionadas ao surgimento de fissuras no solo e nos imóveis. O representante da empresa, Alexandre de Castro, afirmou que a Braskem vem prestando apoio às autoridades e efetuando estudos e ações adicionais para contribuir com as investigações das causas.

Moradores criticaram a atuação

das autoridades desde as primeiras ocorrências.

— Para tirar as pessoas do bairro seria preciso realizar uma operação de guerra. Acho que isso é coisa para as Forças Armadas — disse o representante do Movimento SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos.

A hipótese de desocupação deve ser tratada com delicadeza, disse o diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), Armin Braun. Ele mostrou preocupação com a “questão psicossocial” que poderia ser

provocada pelo abandono das residências.

O Ministério Público do estado, a Defensoria Pública e o Ministério Público do Trabalho (MPT) explicaram as providências que estão tomando diante da situação. O promotor José Antônio Marques informou que um grupo vem monitorando o caso e pressionando para a execução de medidas emergenciais. Entre elas, a desocupação da área crítica e a interrupção do tráfego no local e dos serviços de gás, água e luz.

## Styvenson pede mais transparência com multas de trânsito

Parte do dinheiro arrecadado com a aplicação de multas de trânsito pode ser destinado a ações e serviços públicos de saúde voltados a condutores reincidentes em infrações devido ao uso de álcool ou outra substância psicoativa, segundo projeto (PL 1334/2019) apresentado por Styvenson Valentim (Pode-RN).

O senador defendeu a proposta ontem em Plenário e pediu que o Código de Trânsito Brasileiro seja mais transparente quanto ao uso dos recursos provenientes de multas.



Roque de Sá/Agência Senado

## Reguffe cobra do governo correção na tabela de imposto

Reguffe (sem partido-DF) cobrou do governo ontem a correção dos limites de isenção da tabela do Imposto de Renda, que segundo ele foi uma promessa feita pelo governo atual na campanha eleitoral de 2018.

— Hoje é isento de pagamento quem ganha até R\$ 1.903,99. Se a tabela fosse corrigida, hoje não pagaria Imposto de Renda quem ganha até 3.689,94. E o que foi falado na campanha? Que não pagaria Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil. Agora ninguém mais fala sobre isso.



Roque de Sá/Agência Senado

## Confúcio destaca papel dos consórcios para os estados

A importância da constituição de consórcios entre governadores para o enfrentamento da crise econômica nos estados foi defendida por Confúcio Moura (MDB-RO). O senador citou o Consórcio de Desenvolvimento do Brasil Central, que reúne estados do Centro-Oeste e Norte com o objetivo de fomentar a cooperação institucional em projetos comuns de desenvolvimento.

Confúcio informou que o próximo consórcio será o da Amazônia, que enfrentará as dificuldades dos efeitos da migração venezuelana.



Roque de Sá/Agência Senado

## Kajuru anuncia proposta de emenda para tornar o Fundeb permanente

Jorge Kajuru (PSB-GO) anunciou na quarta-feira proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria dele, para tornar fixo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No pronunciamento, o senador destacou que os recursos do fundo são usados, tanto por estados como por municípios, para custear ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.



Roque de Sá/Agência Senado